

AS BASES IDEOLÓGICAS DA REPÚBLICA BRASILEIRA EM UMA AVALIAÇÃO DE 1924

José Octávio de Arruda Mello

Há sessenta e cinco anos atrás, porque em 1924, doze intelectuais brasileiros — A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jônathas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) e Vicente Licínio Cardoso — conjugaram-se para, a propósito do trigésimo quinto aniversário da Proclamação da República, procederem a um balanço dessa experiência política que é, sobretudo, uma avaliação da problemática brasileira do tempo.

A coletânea que daí resultou — *À Margem da História da República* (1ª ed. subtitulada "Idéias, Crenças e Afirmações", Anuário do Brasil, 1924; 2ª ed. em dois volumes, na coleção "Biblioteca do Pensamento Republicano", Editora da Universidade de Brasília, 1981) — constitui o objeto da presente abordagem que partilha da esperança de o Centenário da República motivar empreendimento análogo.

Sobre o autor/coordenador

Duas vertentes — o autor/coordenador do livro e o momento de elaboração deste — fazem-se fundamentais para análise e compreensão de *À Margem da História da República*.

Unanimemente considerado inspirador deste, o que se confirma na carta de Tristão de Athayde ao introdutor da segunda edição — "Quem teve a idéia de publicação desse volume, comemorativo do 35º aniversário da proclamação

da República, foi o Vicente Licínio Cardoso. (. . .) Tudo correu por conta dele" 1 —, o carioca Licínio Cardoso era, como filho do médico homeopata e positivista histórico Licínio Atanásio Cardoso, engenheiro formado pela Escola Politécnica cuja cátedra de Filosofia da Arte conquistou por concurso.

Positivista, embora não ortodoxo, Vicente Licínio Cardoso foi considerado por José Antônio Tobias em *História das Idéias Estéticas no Brasil*, "o primeiro autor do Novo Mundo a escrever um Tratado de Filosofia da Arte", campo em que "a obra de Vicente Licínio Cardoso é um esforço para sempre estabelecer leis, as leis positivas eternamente repetidoras da lei dos três estados". 2

De, porém, nas expressões de Tristão de Athayde, "uma grande preocupação cívica", Licínio enveredou pela problemática histórico-social e político-institucional brasileira que buscou perscrutar em obras como *Pensamentos Brasileiros, Figuras e Conceitos, Afirmações e Comentários, Maracás e À Margem da História do Brasil*, o último dos quais com terceira edição pela série Brasileira, em 1979.

Tal a contribuição que, também resultante de incessante atividade jornalística, lhe valeu o reconhecimento de autores como Djacy Menezes, Ivã Lins e Barbosa Lima Sobrinho. 3

O Tempo histórico de um livro-inquérito

A emersão de "o esforço por entender a sociedade brasileira em todos os seus aspectos", empreendido por Vicente Licínio Cardoso, não representará acidente dos anos vinte deste século de quando data *À Margem da História da República*.

Neste, Ronald de Carvalho precisou as transformações sociais por que passava o país, uma vez que "Ano para ano, sobem as cifras da nossa produção e o Brasil, que há bem pouco era o país da borracha e do café, é hoje um largo centro Industrial, onde já se fabrica tudo quanto importávamos antes, do estrangeiro. A população, mercê dos nascimentos e das contínuas correntes imigratórias, elevou-se de 15 a 32 milhões de almas". 4

Tratava-se da política de substituição de importações que, impulsionada pela Primeira Guerra Mundial, principiava a transformar a base econômica do Brasil, mercê industrialização concretizada em bens de consumo leve, como alimentos e têxteis.

Obrigado, pelo reprocessamento, aqui dentro, das riquezas, até então exportadas, sob a forma de matérias-primas, a *olhar para dentro de si mesmo*, o Brasil abriu-se para o que Nelson Saldanha, em *História das Idéias Políticas no Brasil* (1968) denominou "A Crítica Realista e o desenvolvimento dos novos padrões intelectuais".

Isto no plano das idéias, em que o nacionalismo logo despontará com pretensões a sistema, como se verá. Já no campo institucional, o descompasso entre as novas condições do país que se industrializava e a superestrutura político-social, estética, pedagógica e militar, herdada do Império, explodirá em eventos como as experiências pedagógicas de Sampaio Dória, em São Paulo, no ano de 1920, e sobretudo, Levante do Forte de Copacabana, Semana de Arte Moderna e criação do Partido Comunista do Brasil, todos estes em 1922.

Data daí como, na síntese cronológica de Darcy Ribeiro em *Aos Trancos e Barrancos* — Como o Brasil deu no que deu (1985), o ano de 1924 registrará a tomada de São Paulo pelos revoltosos de Isidoro Dias Lopes e a formação da Coluna Prestes, extensão do Movimento Modernista ao Nordeste, pela mão de Joaquim Inojosa, criação da Associação Brasileira de Educação no Rio de Janeiro e Frente Negra em São Paulo, fundação do jornal *O Globo* e Editora Monteiro Lobato, bem como discurso de Graça Aranha na Academia Brasileira de Letras, com suas ressonâncias político-militares, culturais, sócio-pedagógicas, jornalísticas e estético-literárias.

Claramente empenhados em republicanizar a República — na verdade, o objetivo central do livro surgido como “Um inquérito sem perguntas e sem respostas. Um depoimento. Uma afirmação coletiva de idéias, de crenças e de almejos” —, os autores de *À Margem da História da República* não se fariam infensos à fermentação resumida por Vicente Licínio Cardoso:

“(. . .) Compreendem, de outro lado, a gravidade de nosso momento histórico e procuram reagir. Mas reagir pelo progresso dentro da ordem, por isso que todos eles sabem que em Sociologia o caminho seguro para andar mais ligeiro é aquele que evita os desatinos das correrias revolucionárias perigosas e intempestivas”.⁵

Assertivas desse tipo é que levaram Alberto Venâncio Filho, na introdução da segunda edição a sustentar que “Nas suas qualidades e defeitos, os vários estudos repetem o momento histórico, cheio de dúvidas e perplexidades, na encruzilhada que o país atravessava, e nas transformações em curso, e as várias alternativas abertas”.⁶

Linhas temáticas e torrismo

Se, nas linhas acima, esboçamos as transformações em curso, quais as “alternativas abertas” por *À Margem da História da República*, ou seja, quais as linhas temáticas de seus autores e soluções apontadas?

A coletânea coordenada por Licínio Cardoso estrutura-se em quatro grandes linhas, a saber, *torrismo*, *realismo*, no sentido de recusa ao “idealismo” dos modelos importados, *nacionalismo* e *corporativismo*.

Todos esses valores mergulham na doutrinação de Alberto Torres, sociólogo e: pensador cujos livros, se devidamente articulados, constituem verdadeiro programa para o país, no sentido de que *O Problema Nacional Brasileiro*, resolve-se pela *Organização Nacional* para que possam florescer *As Fontes de Vida no Brasil*.

Ressaltando na redescoberta desses livros, datados da década anterior, a transposição do pensamento brasileiro do Direito para a Sociologia, bem como sua assimilação pelo tenentismo em ascensão, Afonso Arinos salientou que o avanço do torrismo era tão manifesto que lhe coube propor a criação de uma Sociedade dos Inimigos de Alberto Torres, em réplica ao alarido da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, como coluna vertebral de um repensamento que situará o sociólogo fluminense como, nas palavras de Cândido Mota Filho. “o thema da nossa geração”.⁷

Dal o caráter medularmente torriano de *À Margem da História da República*.

Tal se patenteia não apenas nas referências a Torres formuladas por José Antônio Nogueira, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e Licínio Cardoso — as mais das vezes grandiloqüentes — mas na inspiração de abordagens como as de Pontes de Miranda e Oliveira Vianna.

Enquanto Miranda, em crítica à estrutura de poder da Primeira República, anunciava que “vivemos sob o mandonismo de vinte pequenos chefes, sob a regência do maior deles promovido em conciliábulos”, o que evoca a repulsa de Torres à “Federação da caudilhagem”, dominada pelas “potências do campanário” —, as teses condenadas por Vianna em “O Idealismo da Constituição” filiam-se todas a Alberto Torres — ilegitimidade da Constituição de 1891, alienação do pensamento brasileiro, “crença no poder das fórmulas escritas”, importação republicana do democracismo francês, liberalismo inglês e federalismo americano, “desacordo entre o idealismo da Constituição e a realidade nacional”.⁸

Se torriano é o diagnóstico, também sê-lo-á a terapêutica. Pontes de Miranda, por exemplo, não hesita em que “Precisamos regenerar o Estado”, ecoando Torres, claramente favorável ao Estado Nacional. Partidário da revisão da Constituição de 1891 (“À reforma! À reforma”). Pontes também nesse particular prolongará A. Torres, elaborador de um projeto inteiro da Constituição para o Brasil. Entrementes, Licínio Cardoso considerava em “À Margem da República” que “descuidamo-nos completamente do problema magno da organização nacional do trabalho”.⁹

(In) consciência e realidade nacional

A julgar pela maneira como outros pensadores — José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Farias Brito (?!), Euclides da Cunha, Graça Aranha e Monteiro Lobato — inspiram colocações de *À Margem*, sente-se que seus autores não pretendiam ressaltar Alberto Torres isoladamente, senão no contexto da corrente da Consciência Crítica surgida, no país, em oposição à chamada Consciência Reflexa.¹⁰

Vêm aí as restrições a Rui Barbosa, uma das constantes do revisionismo sociológico dos anos vinte e trinta. Conquanto Nuno Pinheiro alude ao “deslumbrante Relatório da Fazenda de 1891”, e Carneiro Leão à eficácia do inventário ruibarbosiano sobre Educação, a impressão que perdura é a de Tristão de Athayde cunhando em Rui “um idealista, um romântico acima de tudo. (. . .) Nenhuma intuição, nenhum senso de imediato, nenhuma cultura de experiência”, ou a acidez de Pontes de Miranda: “(. . .) Nada disto querem ver os nossos pseudo-estadistas. O maior deles vivia preocupado com frases bonitas e questões de gramática”.¹¹

No caso, isso se verifica porque *À Margem da História da República* compromete-se com o realismo crítico e sociológico, em oposição ao idealismo romântico dos bacharéis, ditos alienados.

Também originária do torrismo, essa é uma dicotomia que percorre todo livro onde Ronald de Carvalho não hesita em recomendar: “O nosso dever é des-

truir o preconceito europeu, o pior, o mais nocivo de todos os nossos males. (. . .) Deixemos de pensar em europeu. Pensemos em americano".¹²

Carneiro Leão, pleiteando "sair desses livros de teorias e postulados, dessa escravização da memória verbal, dessas fantasias da imaginação para a realidade do mundo". Gilberto Amado considerando que "os homens mais úteis do Império foram justamente aqueles que, menos instruídos nessas leituras ou de natureza mais aptos a travar conhecimento com a realidade, tiveram de nossa gente uma percepção mais precisa e procuraram tirar dela o maior proveito possível, sem, todavia, dela esperar muito". Ronald de Carvalho: "basta de fecundação artificial". Oliveira Vianna centrando nesse temário todo capítulo de sua contribuição — "O Idealismo na Constituição". Pontes de Miranda projetando a oposição entre o Brasil real e o Brasil legal. Tasso da Silveira mencionando ao povo para "que compreenda e sinta suas próprias realidades". Tristão de Athayde invocando a autoconsciência "para compreender, para assimilar, para conquistar o nosso ser, afinal", e Licínio Cardoso verberando os "polítiques profissionais, fantasiados de políticos, homens muitas vezes vazios de idéias, ou cheios demais pelas bebidas em compêndios europeus sem nenhuma relação com os problemas nacionais", são alguns dos co-autores de *À Margem da História da República* que subscrevem a temática da alienação em face da qual propõem, com Licínio Cardoso, "o verdadeiro idealismo orgânico e construtor nacional".¹³

Na seara do nacionalismo

Para os autores de *À Margem* o instrumento capaz de romper a contradição entre as necessidades suscitadas pela "realidade nacional" e pensamento marcado por influências estrangeiras é um *nacionalismo orgânico* capaz de, como sistema, fermentar a Constituição e a Carta Magna de 1934 e 37, com seus ideais de reformulação nas áreas, sobretudo, de economia e trabalho.

Esse nacionalismo, explicitamente presente à titulação dos estudos de Carneiro Leão ("Os deveres das novas gerações brasileiras"), José Antônio Nogueira ("O ideal brasileiro desenvolvido na República"), Nuno Pinheiro ("Finanças Nacionais"), Ronald de Carvalho ("Bases da Nacionalidade Brasileira") e Tasso da Silveira ("A Consciência Brasileira"), tem suas origens literárias rastreadas por Tristão de Athayde que o remonta ao romantismo do Império do qual "a nova geração recebia ainda o legado do nacionalismo".

Como não se trata de um nacionalismo ufanista à Afonso Celso, contra o qual se reagia, Pontes de Miranda, renunciando Attlee em *Bases e Fundamentos do Trabalhismo*, considerará que "o socialismo dos oprimidos tem de ser nacionalista", entendimento que não afinava com o de José Antônio Nogueira que, da margem direita, se batia por espécie de nacionalismo anticomunista e até anti-semita.¹⁴

Seja como for, os escritores que, para Licínio Cardoso, "são brasileiros e pensam pois como brasileiros, americanos, latinos e tropicais", sensíveis, para Carneiro Leão, aos "deveres das modernas gerações brasileiras: estudar e conhecer a alma nacional, as possibilidades nacionais, as necessidades nacionais", fun-

damentavam-se no nacionalismo *funcional e defensivo* de Alberto Torres, donde o empenho em transferi-lo para o terreno econômico-financeiro e social.

Chegando por essa via ao intervencionismo de Estado — traço da Revolução de 30 que a coletânea também antecipará — Nuno Pinheiro pleiteava a "tutela de ordem superior" da União para se bater contra empréstimos e alienação de terras a grupos estrangeiros por Estados-Membros e municípios. Já Pontes de Miranda que, à época, pertencia ao esquerdizante Grupo Clartée, entendia que "o Governo Federal pode sempre intervir, legislar e superintender: 1. A produção e o consumo. 2. A imigração e a colonização. 3. As minas. As questões de eugenia e do ensino". 15

Constitui engano, todavia, supor que o nacionalismo dos autores da coletânea se articulasse em um todo homogêneo. Desde que a tumultuária redefinição experimentada pelo pensamento brasileiro admitia matrizes como Gustavo Le Bon e Gumplowicz, invocados por José Antônio Nogueira, Licínio Cardoso chegará ao seguinte entendimento, em nome do espírito "de nacionalidade e idealismo construtor":

"(. . .) o Brasil não formou ainda o seu idealismo orgânico e isso por que não forjou, tão pouco, o nosso ambiente político, a atmosfera propícia à eclosão do estadista resumo, do integrador das necessidades e almejos de seu meio, do seu pró-homem transformador de energias, do seu grande educador nacional, em suma". 16

Em outras palavras, o coordenador de *À Margem da História da República* sonhava com demiurgos do tipo Salazar e Mussolini, já no poder em Portugal e Itália, ou vaticinava Vargas que, em nome desses ideais, empalmaria o poder no Brasil durante quinze anos?

Estado Nacional e Corporativismo

Prefigurando o chamado Estado Nacional de Francisco Campos, as colocações de *À Margem da História da República* também se identificarão com o corporativismo — outra linha mestra do pensamento de Alberto Torres, com seus Conselhos Técnicos e de Representação Profissional.

Nesse sentido, é que vários dos responsáveis pelo livro-inquérito se deixam sensibilizar pelo Estado-Forte, incumbido de proceder a mudanças de cima para baixo, pelo controle e mediação exercidos junto às novas frações de classe, direta ou indiretamente inseridas no aparelho de Estado, onde logo se multiplicarão conselhos e organismos técnicos de composição eclética.

Oliveira Vianna, por exemplo, recomendava a "difusão do espírito corporativo", enquanto Pontes de Miranda para quem "o Brasil deverá ser dividido em zonas de trabalho", reclamava, em nome da nascente Sociologia, "a integração dos corpos sociais". Em — *À Margem*, "Preliminares para a Revisão Constitucional" faz-se uma das colaborações de mais nítida inspiração corporativista daí porque:

"(...) É isto o que nós queremos. Irão ao governo não somente com o trabalho no velho sentido estreito (esforço material) e sim, com todas as espécies de trabalho útil, desde o ensino religioso até a menos importante das profis-

sões manuais. (. . .) firmar-se em todos e convocar todas as forças nacionais, do frade ao soldado, do lenhador ao mineiro, do sábio ao marítimo, para a obra de reconstrução e de esplendor. (. . .) Rigorosas estatísticas informarão sobre o número necessário de cada profissão, rendimento e zonas de procura. Economia do esforço individual e menor desperdício da sociedade. Tornar a orientação profissional dever do Estado e problema de técnica. Os instrumentos de tal função político-social serão os Conselhos de profissão, compostos de cientistas, industriais e técnicos". 17

Tais formulações não deixam de remontar a Alberto Torres em quem não poucos analistas têm observado a idéia de (re)organização da sociedade, a partir do Estado. 18

Fora daí, esse corporativismo promanará de dois eixos: transformação do pensamento brasileiro dos anos vinte, de liberal em autoritário, como algo equivalente ao que Tristão de Athayde flagrou no Império onde "o liberalismo converte-se em autoritarismo". E ausência de povo e opinião pública no Brasil onde partidos artificiais ou inexistentes terminariam, na visão de Gilberto Amado, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda e Tristão de Athayde, por edificar pseudodemocracia maculada pela "farsa das eleições".

Esmerando-se nesse raciocínio, Oliveira Vianna chega a sustentar que "o povo, o nosso povo, pela sua inaptidão democrática se mostra incapaz de organizar o quadro dos poderes públicos do país", enquanto Licínio Cardoso, sempre premonitório, novamente denuncia Getúlio Vargas, ao proclamar que "O Apostolado espera, em suma, hoje, como esperava na Monarquia, o ditador republicano apoiado pela 'incorporação do proletariado". 19

Na História das Idéias

Vasados, como observou Nelson Saldanha, em "um tom (. . .) misto de crítica e confiança", os ensaios de *À Margem da História da República* conterão outras sugestivas abordagens como as desfigurações republicanas anotadas por Carneiro Leão.

Outrossim, a tradição republicanista brasileira desenvolvida sobretudo pelos pernambucanos é bem analisada por Celso Vieira, o que não destoa de coletânea em que o historicismo — institucional com Jônathas Serrano e Tasso da Silveira, antipraieiro com Celso Vieira, nabuquiano com Tristão de Athayde o revisionista com Licínio Cardoso — se propõe alicerçar a Sociologia.

Esta revelará uma das mais abomináveis distorções do período, na idéia de raça (e daí a de eugenia), subscritas por Carneiro Leão, Oliveira Vianna e Pontes de Miranda, este em termos quase pré-hitlerianos. Por conta disso é que "Preliminares para a Revisão Constitucional" abriga verdadeira excrecência representada pela sugestão de um (!) Ministério da Vida Genésica.

O cartorialismo pelo qual enveredava a República não escapou a Oliveira Vianna bem como a Pontes de Miranda, mas, nesse ponto, quem melhor se houve foi Gilberto Amado para quem "se estudarmos o fenômeno do funcionalismo (. . .) veremos que ele tem, a bem dizer, a sua origem na escravidão. Foi ela que tornando abjeto o trabalho da terra, obrigou a encaminhar-se para os

empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e que não queriam igualar-se aos escravos. Sendo o trabalho ocupação de negros, os mestiços e brancos julgavam-se iam desonrados nele".²⁰

Por tudo isso, *À Margem da História da República* tornou-se obra das mais representativas. Situada no cerne da História das Idéias no Brasil, um de seus exegetas percebeu que "a idéia de realidade nacional, intuída pelos republicanos históricos, delinea-se com Alberto Torres em sua *Organização Nacional* e Licínio Cardoso nos *Pensamentos Brasileiros*, para progredir com Oliveira Vianna (*Problemas de Política Objetiva*), Gilberto Amado e os vários autores de *À Margem da História da República*, Martins Almeida (*Brasil Errado*) Afonso Arinos de Melo Franco (*Introdução à Realidade Brasileira*), Azevedo Amaral (*O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*), Francisco Campos (*O Estado Nacional*), Gilberto Freyre (*Interpretação do Brasil*), Limeira Tejo (*Retrato Sincero do Brasil*), a coletânea coordenada por Djacy Menezes (*O Brasil no Pensamento Brasileiro*) e João Camilo de Oliveira Torres (*Interpretação da Realidade Brasileira*) cujas concepções se assemelham em denominações e propósitos".²¹

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 Carta de Alceu Amoroso Lima a Alberto Venâncio Filho, in "Apêndice" à 2ª edição de *À Margem da História da República*, Tomo II, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, pág. 113.
- 2 TOBIAS, José Antônio. *História das Idéias Estéticas no Brasil*, S. Paulo, Editorial Grijalbo, 1967, págs. 56/7
- 3 Enquanto Djacy Menezes incorporou texto de Licínio Cardoso à coletânea *O Brasil no Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, INEP/MEC, 1957, págs. 138/151, Ivã Lins ressaltou-o nos dois volumes de *História do Positivismo no Brasil* (série Brasileira da Cia. Editora Nacional, S. Paulo). Já Sobrinho destacou L. C. em *Presença de Alberto Torres* (Sua Vida e Pensamento), R. de Janeiro, Civilização Brasileira, págs. 478/9.
- 4 CARVALHO, Ronald, in *À Margem da História da República*, cit. pág. 36
- 5 LICÍNIO CARDOSO, Vicente. In *À Margem . . . etc*, tomo I, pág. 16.
- 6 VENÂNCIO FILHO, Alberto. "Introdução" in *À Margem . . . etc*, Tomo I, pág. 11
- 7 MELLO FRANCO de, Afonso Arinos. "Conferência" in *Revolução de 30, Discussão Final*, de Gadelha, Marcondes (coord.) et alii, Brasília, 1984, pág. 336 e Motta Filho, Cândido. *Alberto Torres e o Thema da nossa geração*, S. Paulo, Editorial Schmidt, 1932.
- 8 MIRANDA, Pontes de e VIANNA, Oliveira. *À Margem . . . etc.*, págs. 4 de Tomo II e 103/118 do Tomo I.
- 9 MIRANDA, Pontes de e LICÍNIO CARDOSO, Vicente in *À Margem . . . etc.*, Tomo II, págs. 5 e 105
- 10 A oposição entre Consciência Crítica e Consciência Reflexa foi sistematizada

da por VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e Realidade Nacional*, 2 vols., Rio de Janeiro, ISEB, 1961, passim.

- 11 Cf. *À Margem da História da República*, cit. págs. 85 e 24 do Tomo I e 58 e 3 do Tomo II.
- 12 CARVALHO, Ronald de. In *À Margem . . . etc.*, Tomo II, pág. 37
- 13 LEÃO, A. Carneiro; AMADO, Gilberto; CARVALHO, Ronald; VIANNA, Oliveira; MIRANDA, Pontes de, SILVEIRA, Tasso da; ATHAYDE, Tristão de e LICÍNIO CARDOSO, Vicente in *À Margem da História da República*, cit., Tomo I, págs. 20, 49 e 103/118; e Tomo II, págs. 8, 44, 48, 104 e 95.
- 14 ATTLEE, Clement. *Bases e Fundamentos do Trabalho*, Rio de Janeiro, Editora A Noite, s/d, págs. 13 e MIRANDA, Pontes, e NOGUEIRA, J. Antônio in *À Margem . . . etc.*, Tomo II, págs. 12 e Tomo I, pág. 71
- 15 MIRANDA, Pontes de. *À Margem . . . etc.*, Tomo II, pág. 107
- 16 LICÍNIO CARDOSO, Vicente. *À Margem . . . etc.*, Tomo II, pág. 107
- 17 MIRANDA, Pontes de. *À Margem . . . etc.*, Tomo II, págs. 11 e 14
- 18 TAVARES, José Nilo. In *Autoritarismo e Dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1979, págs. 21/2
- 19 VIANNA, Oliveira e LICÍNIO CARDOSO, Vicente. *À Margem . . . etc.*, Tomo I, págs. 113 e Tomo II, págs. 86
- 20 AMADO, Gilberto. In *À Margem . . . etc.*, Tomo I, pág. 56
- 21 OCTÁVIO, José. *Independência, Tempo Histórico e Nacionalidade*, Recife, 1974, pág. 44

